

Formação continuada: *repercussões do PNAIC nas práticas pedagógicas de professoras em Bom Retiro-SC*

Continuing education:
PNAIC's repercussions on female teachers' pedagogical practices in Bom Retiro-SC

Formación continua:
repercusiones del PNAIC en las prácticas pedagógicas docentes en Bom Retiro-SC

✉ **ANGELITA APARECIDA SOUZA VIEIRA***

Secretaria Municipal de Educação de Bom Retiro, Bom Retiro – SC, Brasil.

RESUMO: Este artigo é o recorte de uma pesquisa de mestrado em Educação sobre a formação continuada no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Buscou-se compreender as repercussões dessa formação na prática pedagógica em anos iniciais do Ensino Fundamental de Bom Retiro, SC. A base teórica da pesquisa é o materialismo histórico dialético, articulando a reflexão crítica de professores/as aos processos intencionais de formação continuada, ressignificando as práticas pedagógicas de alfabetização. Realizou-se pesquisa de campo com dez professoras participantes do PNAIC, entre 2013 e 2018; oito participaram da entrevista semiestruturada. A análise dos dados teve base na análise de conteúdo. Os resultados revelaram contribuições da formação continuada para a prática de docentes na compreensão da alfabetização, letramento e socialização de experiências. Os pontos críticos referem-se a descontinuidade da política, problemas de engajamento e aprofundamento teórico de profissionais, indicando desafios no processo de ensino e aprendizagem na alfabetização.

Palavras-chave: Formação Continuada. Prática Pedagógica. Alfabetização.

* Mestra em Educação. Pedagoga na Secretaria Municipal de Educação de Bom Retiro do Estado de Santa Catarina. E-mail: angelita.svieira@gmail.com.

ABSTRACT: This article is part of a Master's Degree research in Education on continuing education in the National Pact for Literacy at the Right Age – PNAIC. The goal was to understand the repercussions of this training on pedagogical practice in the early years of elementary school in Bom Retiro – SC. The theoretical framework of the research is dialectical historical materialism, articulating teachers' critical reflection with the intentional processes of continuing education, redefining pedagogical literacy practices. Field research was conducted with ten female teachers who participated in PNAIC, between 2013 and 2018; eight of which participated in a semi-structured interview. Data analysis was based on content analysis. The results revealed contributions of continuing education to the teachers' practice in understanding literacy and the socialization of experiences. However, the critical points refer to the discontinuity PNAIC, problems regarding professional engagement and theoretical deepening, which indicate challenges in the process of teaching and learning in literacy.

Keywords: Continuing education. Pedagogical practice. Literacy.

RESUMEN: Este artículo es un extracto de una investigación de maestría en Educación sobre la educación continua en el Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Adecuada – PNAIC. Buscamos comprender las repercusiones de esta formación en la práctica pedagógica en los años iniciales de la educación fundamental en Bom Retiro, SC. La base teórica de la investigación es el materialismo histórico dialéctico, articulando la reflexión crítica de los/as docentes con los procesos intencionales de formación continua, redefiniendo las prácticas pedagógicas de alfabetización. Se realizó una investigación de campo con diez docentes participantes del PNAIC, entre 2013 y 2018; ocho participaron en la entrevista semiestructurada. El análisis de datos se basó en el análisis de contenido. Los resultados revelaron contribuciones de la formación continua a la práctica docente en la comprensión de la alfabetización, la literacia y la socialización de experiencias. Los puntos críticos se refieren a la discontinuidad de la política, problemas de compromiso y profundización teórica de los profesionales, indicando desafíos en el proceso de enseñanza y aprendizaje en alfabetización.

Palabras clave: Formación continua. Práctica pedagógica. Alfabetización.

Introdução

O presente artigo é o recorte de uma pesquisa de mestrado em Educação que apresenta uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo, acerca da formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. O estudo está centrado na prática pedagógica de professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de Bom Retiro – Santa Catarina, sobretudo de professores/as no ciclo de alfabetização.

Para tanto, fez-se uma reflexão sobre as ações do programa de formação continuada promovido pelo Ministério da Educação – MEC, criado por meio da Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012), em parceria com as redes públicas de ensino de estados e municípios, para alfabetizar crianças até o final do ciclo de alfabetização, compreendendo, à época, os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

A formação continuada de professores é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2020). Tais documentos oficiais contribuem na implementação de políticas públicas pelo MEC e, desse modo, na necessária integração aos sistemas de ensino no país, visa melhoria do ensino, qualificação e valorização profissional.

A fim de compreender a formação continuada no âmbito do programa de alfabetização, seus efeitos e resultados na rede municipal de ensino, buscou-se responder à pergunta orientadora: Quais as repercussões das ações da formação continuada do PNAIC na prática pedagógica de professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental? Visando atender a pesquisa e ainda as contribuições e os desafios da formação pelo PNAIC, o estudo elegeu três objetivos específicos, a saber: 1) identificar a concepção de alfabetização que os/as professores/as puderam construir a partir da formação continuada do PNAIC; 2) verificar as contribuições da formação continuada pelo PNAIC na prática pedagógica dos/das professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e 3) relacionar aspectos críticos evidenciados pelos/as professores/as na formação proporcionada pelo programa.

Na pesquisa analisaram-se as repercussões da prática pedagógica de professores/as, partindo do princípio de que a formação continuada no âmbito do PNAIC pode proporcionar reflexões e mudanças na construção de conceitos sobre alfabetização e letramento, bem como contribuir na superação da dicotomia entre teoria e prática, com vistas à qualidade do processo ensino-aprendizagem, numa construção dialógica entre sujeitos/as. Paulo Freire afirma que o diálogo é parte essencial da educação, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2020, p. 108).

Com a adesão do município de Bom Retiro ao programa de formação continuada do MEC, o PNAIC teve sua implementação pela rede municipal entre 2013 e 2018, voltado

a docentes alfabetizadores/as. A rede de ensino teve autonomia para ofertar a formação não somente a alfabetizadores/as, mas também a demais professores/as que atuavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por considerar relevante o apoio técnico do programa a profissionais da educação. Neste sentido, o município também incluiu na formação todos/as os/as professores/as que lecionavam em turmas subsequentes ao ciclo de alfabetização, ou seja, docentes de turmas dos quartos e quintos anos, que participaram dos encontros com alfabetizadores/as e tiveram a oportunidade de estudos e reflexão em grupos de estudo durante a vigência do PNAIC.

Todavia, o programa em questão destinava-se inicialmente a professores/as que atuavam em classes de alfabetização, ou seja, até o terceiro ano do Ensino Fundamental, com foco na implementação de estratégias didáticas e pedagógicas. Tendo como eixo principal a formação de alfabetizadores/as, o programa proporcionou bolsa de estudos e pesquisa entre os anos de 2013 e 2016, custeadas pelo governo federal. Juntamente com formadores/as e coordenadores/as, docentes das classes de alfabetização receberam o benefício para atuar no PNAIC, cumprindo requisitos solicitados pelo programa. Já em 2017, o foco do PNAIC estendeu-se à Educação Infantil, notadamente a professores/as de pré-escolas.

No decorrer da implementação das ações do PNAIC, houve muitas alterações e complementações da referida Portaria nº 867/2012, inclusive mudanças na concessão das bolsas de estudo a professores/as alfabetizadores/as, que, a partir de 2017, deixaram de ter o benefício – apenas formadores/as e coordenadores/as o receberam. Do mesmo modo, novas portarias incorporaram outros componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental na formação, além da inclusão de professores/as da Educação Infantil ao programa, com o objetivo de desenvolver o trabalho com a leitura e a escrita nessa etapa.

Por meio da Portaria nº 826 de 7 de julho de 2017, o MEC promoveu encontros de estudos para formadores/as da Educação Infantil, que, por sua vez, foram multiplicadores/as das ações do PNAIC, proporcionando a capacitação de coordenadores/as pedagógicos/as e professores/as de turmas de pré-escolas – compreendendo a faixa etária dos 4 aos 5 anos de idade, primeira etapa da Educação Básica – com capacitação específica e material em formato digital para suporte didático. O município realizou capacitação e apoio à prática docente pela metodologia do PNAIC na integração e estruturação de ações de formação, com foco na aprendizagem de estudantes da pré-escola e do Ensino Fundamental, assumindo a responsabilidade compartilhada pela implementação do programa em sua rede de ensino, custeando, sempre que necessário, eventos e momentos de estudo para professores/as e demais profissionais (como o deslocamento e a hospedagem), para aperfeiçoamento dos/das participantes, numa visão ampliada da alfabetização e letramento (BRASIL, 2017a).

Coube às instituições de ensino superior públicas a gestão acadêmica e pedagógica do curso de formação, a realização de projetos de pesquisa e o desenvolvimento de metodologias associadas às diretrizes do MEC, ofertadas no âmbito do PNAIC a

coordenadores/as, formadores/as estaduais e municipais. Assim, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi a instituição responsável pelo apoio aos sistemas públicos de ensino, visando instrumentalizar os/as responsáveis pelas capacitações de educadores/as para o alcance dos direitos de aprendizagem das crianças.

Diante da conjuntura do PNAIC, o MEC reafirmou a continuidade do programa e elaborou diretrizes, bem como mudanças adicionais em sua estrutura organizacional e de ações, por meio da Portaria nº 826 de 7 de julho de 2017 e do Documento Orientador (2017). As avaliações e os indicadores de rendimento educacional, de acordo com a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA em 2013 e 2014, demonstraram crescimento nos resultados, além de desafios para alfabetizar todas as crianças:

OPNAIC passa a compor uma política educacional sistêmica que parte de uma perspectiva ampliada de alfabetização, trabalhando a Alfabetização na Idade Certa, a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, bem como a inclusão da Educação Infantil, garantindo as perspectivas e as especificidades do trabalho de leitura e escrita com as crianças (BRASIL, 2017b, p. 5).

Na perspectiva da alfabetização ampliada, em que a intencionalidade pedagógica reforçou a articulação de sistemas de ensino na formação de professores/as, visando organizar um ambiente motivador à leitura e escrita na escola desde a Educação Infantil, a equipe da Secretaria de Educação Básica do MEC compreendeu que “alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2017b, p. 5).

Políticas de formação de professores/as para habilitação e promoção na carreira já estão preconizadas na Constituição Federal (BRASIL, 2016), à qual integram-se os demais ordenamentos legais do município de Bom Retiro, que, dentro de suas prerrogativas, proporcionou a formação do PNAIC aos/as professores/as da sua rede de ensino. A formação continuada de professores/as da Educação Básica é componente essencial da profissionalização e da valorização docente, sendo legitimada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 62, § 1º, no qual consta que “a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais do magistério” (BRASIL, 2020, p. 9).

Assim sendo, mais dispositivos legais vieram reafirmar o compromisso dos entes federados na promoção e no incentivo tanto à formação inicial quanto à formação continuada de professores/as, tais como o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que definiu metas e estratégias para o decênio; a Resolução CNE nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, conforme Resolução CNE/CP nº 2/2017 (BRASIL, 2017c), e a Resolução CNE/CP nº 1 de 27 de outubro de 2020, sendo estes documentos articulados na oferta e no cumprimento de ações na política educacional para a Educação Básica.

Esta pesquisa mostrou ser imprescindível que gestores/as e instituições comprometam-se com a execução de políticas públicas para a educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), particularmente em sua meta 5, prevendo a alfabetização até aos 8 anos de idade, foco das estratégias do PNAIC. Portanto, as ações, metas e estratégias desenvolvidas pelos governos precisam ser avaliadas e monitoradas, a fim de alcançarem melhores resultados na educação, como compromisso “ético indispensável à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa” (BRASIL, 2017b, p. 3).

Evidencia-se que a formação continuada dos/das professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental é um direito dos/das profissionais da educação na busca por qualificação profissional e, principalmente, em prol dos direitos de aprendizagem dos/das educandos/as. Atender os direitos para que todas as crianças se alfabetizem na idade certa mostrou-se como meta grandiosa diante da realidade brasileira em que se encontram crianças e adolescentes.

Percurso metodológico

A pesquisa do presente artigo baseou-se numa abordagem qualitativa e empírica, envolvendo oito professoras que manifestaram suas opiniões acerca da questão em pauta. O local da pesquisa de campo foi Bom Retiro, estado de Santa Catarina, com professoras efetivas de duas escolas da rede municipal de ensino, com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e participantes do programa de formação continuada do PNAIC, no período de 2013 e 2018.

Foram utilizados documentos oficiais e referenciais teóricos para embasamento da pesquisa, a qual teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC para a coleta de dados, sob o Parecer nº 4.441.667. Foram utilizados questionários e entrevistas para coleta dos dados empíricos. O questionário apresentou treze questões fechadas e a entrevista semiestruturada contou com quatorze questões abertas, ambos enviados por correio eletrônico. Ademais, o processo de coleta de dados também aconteceu por meio de questionário on-line, encaminhado via WhatsApp a professores/as efetivos/as da rede municipal de ensino de duas unidades educacionais urbanas que atuaram em classes de alfabetização durante o período de implementação do PNAIC no município. Responderam ao questionário on-line (*Google Forms*) dez professoras, consideradas aptas nos critérios de inclusão, por serem do quadro efetivo da rede municipal de ensino, com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e que participaram da formação do PNAIC entre 2013 e 2018. Todas tinham graduação em Pedagogia, sendo que 60% delas possuíam especialização *latu sensu* na área da Educação. Quanto ao tempo de formação, a maioria das profissionais

(80%) apresentou entre 1-5 anos e 11-15 anos de habilitação acadêmica; o dado referente ao tempo de serviço das docentes apresentou, na sua maioria (80%), 20 anos ou mais no exercício do magistério. Das dez participantes, oito responderam ter feito o curso de formação do PNAIC, atuando em classes de alfabetização, principalmente nas turmas de primeiros e terceiros anos do Ensino Fundamental. Quanto ao recebimento de bolsa de estudos, 90% das respondentes obtiveram esse benefício, sendo que duas foram formadoras locais, atuando no programa de formação continuada em Bom Retiro. Dessas dez professoras, oito aceitaram participar da entrevista, incluindo as duas que atuaram no programa de alfabetização.

A entrevista semiestruturada com 14 perguntas abertas ocorreu por e-mail, entre os meses de junho a agosto de 2021, conforme disponibilidade das participantes e com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE; em virtude da Covid-19, o distanciamento social foi necessário para reduzir o risco de contágio inerente. Durante a pandemia, os procedimentos de coleta de dados se deram de forma assíncrona, com uso de ferramentas da internet, que “tornou-se um instrumento importante na realização de pesquisa social [...], incluem pesquisas de levantamento *on-line*, entrevistas *on-line* por *e-mail*, grupos focais, etnografia virtual e questões do tipo” (FLICK, 2013, p. 164). Os recursos tecnológicos foram essenciais ao prosseguimento da pesquisa.

Após o recebimento da entrevista semiestruturada foi realizado o estudo das respostas, com a contagem de unidades dos dados, de acordo com a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016), seguindo o método de categorias em pesquisas qualitativas. Nesse momento foi possível abordar e levantar a concepção teórica e metodológica da pesquisa, seguindo-se a organização e a categorização dos dados obtidos na entrevista. Conforme a autora, a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas dessas mensagens) (BARDIN, 2016, p. 48).

As etapas de análise dos dados seguiram o rigor ético em pesquisas, sendo mantido o anonimato das participantes, utilizando-se as letras P para designar professora e PF para professora formadora, obtendo-se uma ordem numérica de acordo com o momento das devolutivas. Na análise de dados buscou-se obter, através de procedimentos sistemáticos, elementos fundamentais possibilitando a realização de inferências. A metodologia de análise de conteúdo categorial da pesquisa passou por três etapas, a saber: a) pré-análise – leitura flutuante, escolha dos documentos e constituição do *corpus*, formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices, a elaboração dos indicadores e a preparação do material; b) exploração do material – aplicação das decisões tomadas na fase anterior, a qual consistiu em operações de decodificação, decomposição ou enumeração;

c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação – operações estratégicas, sínteses e seleção dos resultados, inferências, interpretação (BARDIN, 2016).

Diante dos objetivos da pesquisa de abordagem qualitativa, foi possível realizar a análise de conteúdo da entrevista semiestruturada, da qual emergiram categorias e subcategorias.

Repercussões do PNAIC – resultados e discussão

O movimento de categorização dos dados a partir da entrevista semiestruturada permitiu reflexão, interpretação e análise das categorias e subcategorias que surgiram da comunicação das participantes. As questões da entrevista visaram atender aos objetivos propostos no estudo, nas quais buscou-se entender as repercussões das ações da formação continuada do PNAIC na prática pedagógica de professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de Bom Retiro. Isto posto, obtiveram-se as categorias e subcategorias tratadas a seguir.

Concepção de alfabetização e letramento para professoras e formadoras do PNAIC: alfabetização e práticas sociais e perspectivas metodológicas

Quanto à concepção das professoras sobre a alfabetização e o letramento, consideram-nos num processo dinâmico e social, em conjunto, como habilidades de leitura e escrita. Demonstram, assim, a necessidade de um trabalho lúdico nessa fase de escolarização, sem restringir todo o processo de ensino-aprendizagem a apenas um único método, possibilitando mais recursos metodológicos na superação de dificuldades e orientando o percurso da aprendizagem de crianças. Docentes necessitam conhecer e saber fazer uso de métodos, pois “alfabetizadores dependem do conhecimento dos caminhos da criança – dos processos cognitivos e linguísticos de desenvolvimento e aprendizagem da língua escrita – para orientar seus próprios passos e os passos das crianças” (SOARES, 2019, p. 352).

Para professoras e formadoras do PNAIC, suas contribuições foram expressivas em alfabetização e letramento, trazendo entendimentos acerca do processo de ensino-aprendizagem na alfabetização. Compreenderam que a alfabetização e o letramento são indissociáveis, mas que também são fenômenos interdependentes. Para Magda Soares, “letrar – desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação de texto, alfabetizar – situando no texto a aprendizagem do sistema alfabético de que os alunos precisam apropriar-se para que se tornem capazes, eles também, de ler e escrever textos” (SOARES, 2021, p. 33). A autora ajuda a refletir sobre esses processos interdependentes, diferentes e também simultâneos:

Alfabetização – aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2021, p. 27).

Ao analisar as habilidades cognitivas e linguísticas do processo compreende-se a relação que os termos alfabetização e letramento carregam, evidenciando as formas de entendimento que cada profissional constrói. Nesse sentido, as professoras P1 e P7, trouxeram contribuições sobre os processos cognitivos e linguísticos ao analisar essas habilidades:

P1: *“Alfabetização e letramento são indissociáveis, para que aconteçam, a aprendizagem deve ser construtiva, lúdica e prazerosa, o PNAIC trouxe sequências pedagógicas e projetos para o ensino, que contribuí muito para a aprendizagem dos alunos” (2021).*

P7: *“Alfabetização e letramento são indissociáveis. A alfabetização desenvolve-se no contexto em que está inserida e por meio de práticas sociais e de escrita, através de atividades de letramento, por meio da aprendizagem fonema-grafema” (2021).*

Na resposta das professoras está presente o entendimento de práticas sociais que envolvem leitura e escrita, situando habilidades específicas como a relação grafema-fonema, ou seja, a propriedade de “consciência grafofonêmica. Já que as relações fonema-letras ou fonemas-grafemas são interdependentes e ocorrem simultaneamente” (SOARES, 2021, p. 113). Seguem outras manifestações a respeito:

PF4: *“Alfabetização é o processo de leitura e escrita propriamente dito. Já o letramento é o contato que a criança tem com o mundo letrado, fazendo uso dele mesmo sem saber ler” (2021).*

P6: *“A partir da formação continuada oferecida pelo PNAIC, a concepção que contribuiu foi: alfabetizar a partir do conhecimento do educando, no meio em que convivem” (2021).*

P8: *“Alfabetizar é o processo de aprendizagem aonde se desenvolve a habilidade de ler e escrever. Letramento é o desenvolvimento [...] como importante recurso no processo de alfabetização” (2021).*

Percebeu-se, por meio dos dados textuais, que as professoras entendem a alfabetização como o desenvolvimento de habilidades para o processo de leitura e escrita no meio em que as crianças estão inseridas. Por esse viés, podemos considerar que a alfabetização se desenvolve nas práticas sociais, usos e funções da língua escrita e não somente no domínio do princípio alfabético, pois “alfabetizar é muito mais do que apenas ensinar a codificar e decodificar” (SOARES, 2020, p. 63).

A alfabetização precisa estar articulada com essas funções, que, por sua vez, envolvem a aprendizagem das relações entre letras e sons, por meio da consciência fonológica.

Conforme Soares, “trata-se da capacidade de focalizar e segmentar a cadeia sonora que constitui a palavra e de refletir sobre seus segmentos sonoros, que se distingue por sua dimensão: a palavra, as sílabas, as rimas, os fonemas” (SOARES, 2021, p. 77).

Outro dado importante na análise da entrevista foi o diagnóstico sobre a alfabetização que as professoras utilizam para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos/das educandos/as nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

PF1: “é necessário saber o nível de cada aluno para poder fazer o planejamento de uma maneira que nenhum aluno tenha sua aprendizagem prejudicada, pois, cada nível de alfabetização exige uma forma de ensino e atividades específicas” (2021).

PF2: “Deve contemplar esses diagnósticos nos diferentes níveis de alfabetização, pois os alunos são diferentes, cada um traz experiências e vivências diferenciadas e a partir daí o professor realiza seu planejamento de acordo com os diagnósticos para sanar as dificuldades encontradas, em seu percurso de alfabetizador” (2021).

PF4: “pois através do diagnóstico é que norteio meu trabalho, para ver se os alunos já identificam as letras ou não, se já conseguem ler palavras com sílabas mais comuns ou não” (2021).

No exposto, evidencia-se a importância do diagnóstico como instrumento de sondagem e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem em que se encontram as crianças. Soares (2021) reforça o valor do diagnóstico para conhecimentos do que se pretende na alfabetização, fazendo uso dessa estratégia a fim de alcançar os objetivos propostos. O diagnóstico exige que as professoras compreendam o processo de alfabetização, elaborem planejamentos e acompanhamentos da aprendizagem, identificando o conhecimento prévio dos/das alunos/as, suas potencialidades e dificuldades. Diante disso, as professoras entendem que o planejamento é algo flexível e necessário, a fim de orientar ações perante as especificidades em sala de aula, para intervenções pedagógicas capazes de promover conhecimentos (IMBERNÓN, 2010).

Partindo do pressuposto de que a aprendizagem é um processo de interações, as professoras entenderam também que a alfabetização é complexa e dinâmica e, dessa forma, utilizam técnicas e estratégias para alfabetizar. Entendem, igualmente, que um método apenas não é suficiente para dar conta da alfabetização, conforme relataram PF4 e P6:

PF2: “No meu ponto de vista um método apenas não é suficiente para dar conta da alfabetização, pois a alfabetização acontece muito além de um único método, deve ser usado fônico, silábico, envolvendo atividades que proporcione a criança a pensar, falar e interpretar” (2021).

P8: “Devido à complexidade que demanda a alfabetização e a grande diversidade em sala de aula, faço uso de vários métodos de alfabetização, o fônico, qual parte do ensino das letras e da correspondência fonética de cada uma delas, silábico, etc. (não tenho específico, uso gêneros textuais)” (2021).

Portanto, por meio do acompanhamento e de diagnósticos, as professoras têm possibilidades de atuar em sala de aula munidas de informações sobre cada criança,

conhecimento e habilidades e, a partir disso, lançar mão de estratégias e metodologias mais eficazes e de acordo com cada realidade. Assim sendo,

O que se propõe é que uma alfabetização bem-sucedida não depende de um método, ou genericamente de métodos, mas é construída por aqueles/aquelas que alfabetizam compreendendo os processos cognitivos e linguísticos do processo de alfabetização e com base neles, desenvolvem atividades que estimulem e orientem a aprendizagem da criança, identificam e interpretam dificuldades em que terão condições de intervir de forma adequada – aqueles/aquelas que alfabetizam com método (SOARES, 2019, p. 333-334).

Na perspectiva da ação pedagógica identificam-se as contribuições das participantes da pesquisa ao refletirem sobre o PNAIC na rede municipal de ensino de Bom Retiro.

Ressignificação da prática pedagógica: intervenção pedagógica no processo de aprendizagem e socialização e compartilhamento de experiências

Diante dos objetivos elencados e a partir das devolutivas da entrevista, as professoras relataram que o PNAIC trouxe contribuições para a atividade docente, o que significa que o programa representou a importância do conhecimento sobre os aspectos da prática pedagógica. De acordo com Freire, “precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos” (FREIRE, 2011, p. 86), pois é essencial aprofundar e ressignificar a prática docente, a qual revelou possibilidades de mudança no processo de aprendizagem e contribuiu para a reflexão sobre o fazer pedagógico em sala de aula. As professoras P1 e P7 afirmaram:

P1: “o curso do PNAIC fez com que eu construísse minha práxis pedagógica, e hoje em dia utilizo o que aprendi no curso em minha prática, assim como me inspirei em ideias de projetos que vieram nos livros de formação. A troca de experiências e ideias que o curso possibilitava entre os educadores era riquíssima para a prática pedagógica” (2021).

Potencializar as trocas de experiências entre as colegas, num exercício de pensar e rever ações em seu trabalho para melhor intervir, coopera na ressignificação da prática pedagógica, pois o “compartilhar dúvidas, contradições, problemas, sucessos e fracassos são elementos importantes na formação das pessoas e de seu desenvolvimento pessoal e profissional” (IMBERNÓN, 2009, p. 64).

P7: “Essa formação contribuiu muito para minha prática no dia a dia. Os processos envolvidos na realização da formação, como trabalhos em grupo, aplicação em sala, retorno dos trabalhos, a socialização de novas experiências, práticas e metodologias, veio muito a contribuir, valorizar e ressignificar meu trabalho em sala de aula. Tive mais segurança e certeza de estar contribuindo para um ambiente mais prazeroso e de qualidade” (2021).

Nessa perspectiva, as professoras afirmaram que, por meio do PNAIC puderam construir sua prática pedagógica de maneira a ter consciência no emprego de metodologias, percebendo a importância dos momentos de socialização durante a formação continuada, a qual foi riquíssima. O exercício do fazer e refletir possibilita querer aprender e contribuir mais. Pois, “como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino” (FREIRE, 2021, p. 81).

A práxis pedagógica nos instiga a compreender a relação entre teoria e prática, essenciais ao ato de ensinar, e aprender a estar em constante (re)avaliação de sua prática pedagógica. “A prática docente não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos” (TARDIF, 2014, p. 37). A professora P8, afirmou:

P8: “O PNAIC trouxe muitas contribuições para nossa prática pedagógica, aprofundamento de teorias e a melhor compreensão da avaliação dos níveis de escrita dos alunos em sala de aula” (2021).

Outrossim, as respostas levam a compreender o quanto o programa de alfabetização contribuiu especialmente na atuação e na ressignificação das práticas pedagógicas das professoras. Descreveram a socialização como um ponto forte, além do compartilhamento de experiências nos momentos e encontros presenciais da formação continuada. “Ainda que as atividades de partilha dos saberes não sejam consideradas como obrigação ou responsabilidade profissional pelos professores, a maior parte deles expressa a necessidade de partilhar sua experiência” (TARDIF, 2014, p. 53). Em vista disso, pode-se dizer que as trocas contribuíram para o fortalecimento do grupo de estudos, bem como trouxeram oportunidades de aprendizagem e ressignificação de saberes no compartilhamento das práticas docentes.

As professoras também relataram outras possibilidades na atuação docente com os materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados pelo MEC, tais como livros, jogos, estratégias metodológicas e estudos nos encontros, os quais motivaram e oportunizaram melhor compreensão da avaliação e da aprendizagem em sala de aula, visando refletir sobre aspectos teóricos e práticos. Dóris Bolzan destaca que:

a reflexão sobre um conjunto de estratégias que compõem situações de ensino possibilita a tomada de consciência sobre os tipos de aprendizagens possíveis a partir de uma variedade de proposições apresentadas, conferindo às professoras maior autonomia na resolução dos problemas práticos cotidianos, além de sua instrumentalização, permitindo que o protagonismo docente se consolide (BOLZAN, 2020, p. 163).

Por conseguinte, os saberes que as profissionais desenvolvem em suas práticas possibilitam o protagonismo pedagógico, podendo constituir novos conhecimentos a partir das experiências e reflexões acerca da própria prática docente, diante de teorias que as fundamentam. A seguir, são apresentadas as compreensões sobre a formação pelo PNAIC.

Compreensões sobre a formação continuada pelo PNAIC: processos formativos de professoras, desafios e perspectivas

Ao analisar as respostas referentes ao questionamento e à compreensão acerca da formação continuada, as participantes destacaram momentos de aperfeiçoamento profissional, de saberes e aperfeiçoamento. Deste modo, ficou clara a concepção que têm a respeito dos processos formativos, conforme seus depoimentos:

P6: *“É um processo permanente de aperfeiçoamento de saberes necessários à atividade profissional. Exemplos reuniões pedagógicas, cursos de aperfeiçoamento, etc.” (2021).*

P8: *“Um constante processo de aperfeiçoamento de seus conhecimentos e saberes necessários em sua prática pedagógica, que tem como maior objetivo garantir uma educação de qualidade aos alunos. É através da formação continuada, que os professores têm sua aprendizagem e desenvolvimento garantidos” (2021).*

Ao analisar os estudos de Alda Marin, percebemos o conceito que os termos carregam, “pois é com base nos conceitos subjacentes aos termos que as decisões são tomadas e as ações são propostas, justificadas e realizadas” (MARIN, 2019, p. 105). Podemos dizer que as diferentes terminologias nos remetem a concepções e sentidos os mais variados, possibilitando uma reflexão na qual conceitos não esclarecem a dinâmica e todo o contexto da área educação, sendo mais coerente a terminologia de formação continuada ou formação permanente, complementares, conforme afirma a autora:

a terminologia educação continuada pode ser utilizada para uma abordagem mais ampla, rica e potencial, na medida em que pode incorporar as noções anteriores – treinamento, capacitação, aperfeiçoamento – dependendo da perspectiva, do objetivo específico ou dos aspectos a serem focalizados no processo educativo, permitindo que tenhamos visão menos fragmentária, mais inclusiva, menos maniqueísta ou polarizadora (MARIN, 2019, p. 114).

No mesmo sentido e conforme Maria Selma Grosch, compreende-se a formação continuada “como processo organizado e intencional, correspondente a um aspecto particular e de um processo contínuo e multiforme de socialização, coincide com a trajetória profissional de cada um” (GROSH, 2011, p. 110). Na profissão de professor/a, se fazem necessários a pesquisa e os estudos acerca da própria profissionalização, do desenvolvimento pessoal, da concepção de mundo e de competências individuais. Pois o trabalho em sala de aula tem suas especificidades, como “conhecimentos e maneiras de ser coletivos, assim como diversos conhecimentos do trabalho partilhado entre os pares” (TARDIF, 2014, p. 61).

Sendo assim, o/a docente, enquanto profissional da educação e mediador/a das aprendizagens de educandos/as, precisa estar em constante processo de estudo e reflexão acerca do seu trabalho. A formação continuada, como direito já garantido em documentos que

abordam a questão da profissão e da valorização de professores/as, é, antes de tudo, um momento oportuno de ressignificação e construção de sua práxis pedagógica. Como Freire (2021) afirma:

A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe (FREIRE, 2021, p. 90).

Portanto, a formação continuada contribuiu para que fosse potencializado o protagonismo da competência profissional dos/das professores/as, assim como a reflexão crítica sobre sua prática cotidiana, capaz de intervir e ajudar na aprendizagem de educandos/as. E, também, considerar que políticas públicas educacionais e redes de ensino precisam dar sustentação e suporte aos/as docentes.

No entanto, não se deve responsabilizar os/as educadores/as única e exclusivamente pelo sucesso ou fracasso educacionais, mas instrumentalizá-los/las para que tenham condições de mudança na formação pedagógica. Que a formação seja capaz de proporcionar novos conceitos que consistam em “[...] descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria” (IMBERNÓN, 2011, p. 51), na qualificação da sua ação docente e nos processos de intervenção, para a construção e apropriação do conhecimento, favorecendo a cidadania de todos/as os/as sujeitos/as envolvidos/as no contexto educacional.

Considerações finais

O presente estudo abordou a formação continuada e a prática pedagógica de professoras da rede municipal de Bom Retiro, no âmbito do PNAIC, com foco na alfabetização de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em vista disso, a formação continuada contribuiu para estabelecer processos dialógicos que privilegiaram a escuta ativa e um olhar atento para a ressignificação pragmática mediada pela própria trajetória docente. Consequentemente, é imprescindível estudar e conhecer mais sobre a realidade, pois não basta somente o conhecimento prático para a transformação social.

Professores/as alfabetizadores/as têm papel relevante no processo educativo, pois são também mediadores/as entre sujeito/a aprendiz e o objeto sociocultural do mundo da leitura e escrita. Desta forma, o sentido que se busca no ato formativo é a reflexão sobre si, como uma condição de transformar-se e transformar as práticas educativas. Diante dos resultados, percebe-se que as professoras alfabetizadoras, assim com as professoras formadoras, bem como as demais que participaram dos encontros do PNAIC no período compreendido entre 2013 e 2018, trouxeram informações e conceitos sobre a formação continuada na prática pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Bom

Retiro – SC, pois puderam refletir sobre a própria ação docente, a qual consiste em pensar, planejar, intervir e repensar o processo de ensino-aprendizagem, constantemente.

À medida que as instituições de ensino e os governos de diferentes entes federativos assumem a responsabilidade por meio de um pacto, se comprometem com políticas públicas para a área da educação. Com o propósito de garantir os direitos de aprendizagem das crianças, devem oportunizar um ensino de maior qualidade, pois nos momentos de estudos e reflexão é que os/as professores/as têm possibilidades de discutir seu papel, suas práticas de ensino relacionadas ao fazer pedagógico, assim como analisar concepções e teorias para potencializar a compreensão acerca do conhecimento. Pressupõe-se, ainda, a interação de sujeitos/as na proposição de intervenções didáticas que considerem os processos de ensino-aprendizagem como fundamentais na formação humana nos diversos espaços socioculturais, primando pelos direitos de aprendizagem que todo/a educando/a tem, bem como o direito da formação em serviço a professores/as da Educação Básica.

Tanto a pergunta problematizadora da pesquisa quanto os objetivos específicos definidos no presente estudo demonstraram sua coerência e pertinência, por meio das categorias que emergiram na análise de conteúdo. As professoras perceberam e avaliaram a formação continuada pelo PNAIC como importante momento de estudo e ressignificação da prática pedagógica. De acordo com elas, os processos formativos durante a atuação docente trouxeram mais segurança e aprendizado para o compartilhamento com suas colegas de trabalho. Em vista disso, puderam dividir angústias, compartilhar ideias a respeito das atividades cotidianas e dirimir dúvidas, o que contribuiu para uma parceria de confiança e um crescimento profissional.

Ao longo dos encontros de formação, elas tiveram a oportunidade de construir conceitos sobre o processo de alfabetização e letramento, amplamente abordados pelas formadoras que atuaram no PNAIC. As contribuições relatadas na entrevista foram recursos materiais e didáticos disponibilizados pelo programa, apoio técnico e estratégias metodológicas aprendidas durante o curso. A formação também permitiu reconsiderar vivências e experiências significativas ao proporcionar reflexões acerca das práticas pedagógicas, considerando as exigências educacionais durante o percurso formativo do PNAIC. O aprofundamento teórico e prático se fez necessário para construir conceitos sobre o processo da aprendizagem, assim como uma oportunidade de desenvolver práticas significativas em sala de aula.

As implicações observadas e definidas como pontos críticos foram a descontinuidade do programa de formação, que não se consolida como política pública para a Educação Básica, bem como a necessidade de maior engajamento de todos/as os/as profissionais nos momentos de formação de professores/as. Identifica-se, pela análise, o desafio de se firmar um programa de formação permanente de professores/as, para a consolidação desse processo de ensino e aprendizagem.

A formação continuada necessária para reflexão dos/das profissionais da educação no campo teórico e prático é, antes de tudo, um direito que os/as professores/as têm, em prol da sua qualificação profissional, podendo contribuir na melhoria do ensino e na superação de dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Os encontros de formação continuada do PNAIC entre 2013 e 2018 tiveram como metas a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, oportunizando momentos de estudos e reflexões sobre as práticas pedagógicas dos/das professores/as, além de possibilitar sua ação consciente de sujeitos/as críticos/as do mundo, capazes de ressignificar sua atividade e contribuir para a aprendizagem das crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, pautando-se em dados textuais, infere-se que o PNAIC contribuiu na prática pedagógica, assim como na compreensão do processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da alfabetização e do letramento. Os relatos obtidos pelas professoras foram pressupostos durante o programa de formação, através da participação e devolutivas, dando ênfase no compartilhamento de experiências entre os pares. Entretanto, evidenciou-se a necessidade da continuidade de programas desse porte para maior aprofundamento teórico-metodológico de profissionais da educação, acerca das concepções pedagógicas, continuidade de estudos e reflexão na superação da dicotomia entre teoria e prática, necessárias para construção da práxis pedagógica.

Compreender a prática pedagógica também é compreender o processo de ensino-aprendizagem na relação com o conhecimento e na socialização com outros/as profissionais, além da formação para enfrentar as dificuldades que se interpõem à alfabetização, para um ensino de qualidade a todos/as os/as educandos/as. Portanto, as políticas públicas na área da Educação Básica, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, requerem continuidade de ações que apoiem as redes de ensino e valorizem os processos formativos e as aprendizagens significativas, que sejam capazes de instrumentalizar e formar professores/as na direção de uma educação de qualidade com equidade, que seja transformadora e democrática.

Recebido em: 03/03/2024; Aprovado em: 15/01/2025.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOLZAN, Dóris Pires Vargas. *Formação continuada de professores: dinâmicas interativas e mediadoras*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 novembro 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Coordenação de Edições Técnicas. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. *Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012*. Ministério da Educação. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jul. 2012.

BRASIL. *Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017*. Ministério da Educação. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação – PNME. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*: Documento orientador – PNAIC em Ação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Coordenação de Formação Continuada de Professores. MEC/SEB/DAGE. Brasília: MEC/SEB, 2017b.

BRASIL. *Resolução CNE nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Ministério da Educação. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2017c.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020*. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa*: um guia para iniciantes. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam: Fundamentos epistemológicos e políticos. 51 ed. Coleção questões da nossa época, v. 22. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 75 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GROSCH, Maria Selma. *A formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Blumenau*: a escola de formação permanente Paulo Freire - EFPPF (1997-2004). Tese (Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação permanente do professorado*: novas tendências. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação continuada de professores*. Tradução: Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. Tradução: Silvana Cabucci Leite. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARIN, Alda Junqueira. *Textos de Alda Junqueira Marin, professora*. (recursos eletrônicos). Alda Junqueira Marin. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2019. Disponível em: <<https://www.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/processos-ensino-gestao-inovacao/producao-intelectual/ebooks/textos-alda-junqueira-marin-professora.pdf>>. Acesso em: 05 jan., 2022.

SOARES, Magda. *Alfabetização: A questão dos métodos*. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 7 ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. *Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.